

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	17
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
12. INTANGÍVEL	19
13. FORNECEDORES	20
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	21
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	24
18. PROVISÕES.....	25
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
20. RECEITA.....	30
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	34
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	46
26. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	48
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	49
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	56

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	905.475	190.233
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	102.717	78.626
Consumidores e Revendedores	6	1.136.400	1.357.518
Concessionários – Transporte de Energia	6	259.571	299.718
Tributos Compensáveis	7	137.449	121.387
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	121.369	118.782
Fundos Vinculados		97.458	132.256
Estoques		34.263	35.988
Contribuição de Iluminação Pública		61.759	68.898
Subvenção Baixa Renda		42.395	46.879
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	24	20.335	20.445
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	9	715.388	-
Outros		403.260	332.578
TOTAL DO CIRCULANTE		4.037.839	2.803.308
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	16.782	22.235
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	851.448	910.524
Tributos Compensáveis	7	341.933	348.959
Depósitos Vinculados a Litígios	10	860.036	852.313
Consumidores e Revendedores	6	213.792	220.315
Outros Créditos		85.229	85.434
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	11	4.871.552	4.757.735
Intangíveis	12	1.739.988	1.778.817
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.980.760	8.976.332
ATIVO TOTAL		13.018.599	11.779.640

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	15	1.843.124	2.954.010
Debêntures	15	3.150.700	931.647
Fornecedores	13	1.054.687	1.116.600
Impostos, Taxas e Contribuições	14	312.563	364.482
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		119.947	119.947
Salários e Encargos Sociais		246.542	160.708
Encargos Regulatórios	16	130.522	238.048
Participações nos Lucros		94.051	56.809
Obrigações Pós-Emprego	17	38.512	37.114
Contribuição de Iluminação Pública		101.718	111.489
Outras		142.265	158.694
TOTAL DO CIRCULANTE		7.234.631	6.249.548
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	15	688.399	723.973
Provisões	18	101.866	104.986
Obrigações Pós-Emprego	17	1.803.150	1.783.959
Impostos, Taxas e Contribuições	14	604.409	579.523
Encargos Regulatórios	16	116.764	122.021
Outras		21.523	21.851
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.336.111	3.336.313
TOTAL DO PASSIVO		10.570.742	9.585.861
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	19		
Capital Social		2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		201.151	201.151
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(269.370)	(269.370)
Lucros (Prejuízos) Acumulados		254.078	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.447.857	2.193.779
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.018.599	11.779.640

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2013	31/03/2012
RECEITA	20	2.257.862	2.115.387
CUSTOS OPERACIONAIS	21		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(783.001)	(789.410)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(86.641)	(198.991)
		(869.642)	(988.401)
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(158.145)	(156.550)
Materiais		(6.893)	(6.303)
Serviços de Terceiros		(122.408)	(118.802)
Amortização		(93.263)	(74.563)
Provisões Operacionais		(540)	(42.896)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(186.708)	(200.955)
Outras		(22.939)	(15.929)
		(590.896)	(615.998)
CUSTO TOTAL		(1.460.538)	(1.604.399)
LUCRO BRUTO		797.324	510.988
DESPESA OPERACIONAL	21		
Despesas com Vendas		(20.941)	(15.567)
Despesas Gerais e Administrativas		(226.030)	(128.100)
Outras Despesas Operacionais		(76.797)	(75.425)
		(323.768)	(219.092)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		473.556	291.896
Receitas Financeiras	22	63.300	83.575
Despesas Financeiras	22	(147.416)	(141.374)
Resultado Antes dos Impostos		389.440	234.097
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(76.286)	(145.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(59.076)	64.143
RESULTADO DO EXERCÍCIO		254.078	153.197
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,11232	0,06773

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012
RESULTADO DO EXERCÍCIO	254.078	153.197
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>254.078</u>	<u>153.197</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	2.261.998	394.465	-	-	2.656.463
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.3)	-	-	(38.495)	-	(38.495)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	(38.495)	-	2.617.968
Resultado do Período	-	-	-	153.197	153.197
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	153.197	153.197
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	2.261.998	394.465	(38.495)	153.197	2.771.165
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	2.261.998	201.151	-	-	2.463.149
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.3)	-	-	(269.370)	-	(269.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Período	-	-	-	254.078	254.078
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	254.078	254.078
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	2.261.998	201.151	(269.370)	254.078	2.447.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	254.078	153.197
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	51.741	41.682
Amortização	107.602	86.387
Provisões para Perdas Operacionais	21.481	58.463
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	3.966	2.444
Juros e Variações Monetárias	119.996	92.752
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	110	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	135.362	80.900
Outros	152	-
	694.488	515.825
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	206.700	18.675
Tributos Compensáveis	(9.036)	(11.155)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(2.587)	(38.649)
Transporte de Energia	40.147	(29.135)
Depósitos Vinculados a Litígios	(7.723)	(7.639)
Subvenção Baixa Renda	4.484	(37.000)
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(715.388)	-
Outros	(61.613)	(7.815)
	(545.016)	(112.718)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(61.913)	(55.793)
Tributos e Contribuição Social	(27.169)	49.788
Salários e Encargos Sociais	85.834	(22.492)
Encargos Regulatórios	(112.783)	(14.269)
Obrigações Pós-Emprego	(31.152)	(35.194)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(6.081)
Outros	7.054	(5.138)
	(140.129)	(89.179)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	9.343	313.928
Juros Pagos	(62.581)	(13.676)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(76.150)	(57.099)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(129.388)	243.153
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(18.638)	(14.192)
Em Fundos Vinculados	34.798	-
Em Intangível	(186.708)	(200.736)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(170.548)	(214.928)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.370.206	30.500
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.355.028)	(26.564)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.015.178	3.936
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	715.242	32.161
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	190.233	527.296
No fim do exercício	905.475	559.457
	715.242	32.161

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	31/03/2013		31/03/2012 Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	3.009.912		3.120.922	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	186.708		200.955	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.941)		(15.567)	
	<u>3.175.679</u>		<u>3.306.310</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(836.558)		(856.457)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(95.472)		(219.274)	
Serviços de Terceiros	(243.334)		(235.010)	
Materiais	(90.636)		(129.197)	
Outros Custos Operacionais	(15.486)		(56.355)	
	<u>(1.281.486)</u>		<u>(1.496.293)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.894.193</u>		<u>1.810.017</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(107.602)		(86.387)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>1.786.591</u>		<u>1.723.630</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	63.300		83.575	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>1.849.891</u>		<u>1.807.205</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	361.209	19,53	247.830	13,71
Remuneração Direta	171.150	9,25	160.794	8,90
Benefícios	65.434	3,54	61.980	3,43
FGTS	11.575	0,63	11.273	0,62
Programas de Desligamento de Empregados	113.050	6,11	13.783	0,76
Impostos, Taxas e Contribuições	1.063.523	57,49	1.246.297	68,96
Federais	474.286	25,64	628.663	34,79
Estaduais	587.394	31,75	615.677	34,07
Municipais	1.843	0,10	1.957	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	171.081	9,25	159.881	8,85
Juros	152.830	8,26	141.773	7,85
Aluguéis	18.251	0,99	18.108	1,00
Remuneração de Capital Próprio	254.078	13,73	153.197	8,48
Lucros Retidos	254.078	13,73	153.197	8,48
	<u>1.849.891</u>	<u>100,00</u>	<u>1.807.205</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Distribuição e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.611.612 consumidores em 31 de março de 2013 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de março de 2013, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$3.196.792. Esse excesso foi decorrente, principalmente, das transferências para o Passivo Circulante de empréstimos e financiamentos, em função do não atendimento de cláusulas restritivas dos contratos em 31 de dezembro de 2012, para os quais a Companhia obteve o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012 em 29 de abril de 2013. Como este fato ocorreu em data posterior a 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu no Passivo Circulante o montante de R\$3.579.994.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

2.2. Reclassificações de Saldos Contábeis de 31 de março de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2012, originalmente emitidas em 14 de maio de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do exercício findo em 31 de março de 2013. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 31 de março de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

Demonstração do Fluxo de Caixa	Nota	31/03/2012		
		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa				
Provisões para Perdas Operacionais	a	43.269	15.194	58.463
Juros e Variações Monetárias	b	7.236	85.516	92.752
Imposto de Renda e Contribuição Social	b	(64.143)	145.043	80.900
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	a	34.242	(15.567)	18.675
Aumento (Redução) de Passivos				
Tributos e Contribuição Social	b	137.732	(87.944)	49.788
Empréstimos e Financiamentos	b	71.840	(71.840)	-
Outros	a	(5.511)	373	(5.138)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		-	70.775	313.928
Juros Pagos	b	-	(13.676)	(13.676)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	b	-	(57.099)	(57.099)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		243.153	-	243.153

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	31/03/2012		
		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	d	(789.410)	(67.047)	(856.457)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	d	(198.991)	(20.283)	(219.274)
Serviços de Terceiros	c	(162.619)	(72.391)	(235.010)
Materiais	c	(10.188)	(119.009)	(129.197)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	c	(200.955)	200.955	-
Outros Custos Operacionais	c	(59.228)	2.873	(56.355)
		-	-	-
Valor Adicionado Bruto		1.884.920	(74.903)	1.810.017
		-	-	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas Financeiras	e	136.446	(52.871)	83.575
		-	-	-
Valor adicionado a Distribuir		1.934.979	(127.774)	1.807.205
		-	-	-
Distribuição do Valor Adicionado				
		-	-	-
Remuneração de Empregados				
Remuneração direta	c	235.844	11.986	247.830
		148.808	11.986	160.794
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	c-d	1.334.063	(87.766)	1.246.297
		716.429	(87.766)	628.663
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	c-e	211.875	(51.994)	159.881
		194.245	(52.472)	141.773
Aluguéis	c-d	17.630	478	18.108
		-	-	-
Valor Distribuído		1.934.979	(127.774)	1.807.205

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Provisões para Perdas Operacionais: ajustada pelo efeito não caixa decorrente da Provisão para Créditos com Liquidação Duvidosa e Prêmio Aposentadoria;
- b) Pagamentos efetuados no exercício: os pagamentos dos juros sobre Empréstimos e Financiamentos e do Imposto de Renda e Contribuição Social foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos na Demonstração do Fluxo de Caixa;
- c) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: segregação por natureza de custo;
- d) Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentados líquidos dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo em 2011, foram reclassificados para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais;
- e) Receitas Financeiras: o ganho com instrumentos derivativos foi apresentado líquido da perda respectiva;

2.3. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas Informações Contábeis Intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Informações Contábeis Intermediárias:

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos, imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

Os efeitos nas Demonstrações Contábeis são como segue:

Efeitos no Balanço Patrimonial	Saldo em 01/01/2012	Ajustes	Saldo ajustado	Saldo em 31/12/2012	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo						
Ativo Circulante	2.933.139	-	2.933.139	2.803.308	-	2.803.308
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Não Circulante	479.261	19.831	499.092	771.758	138.766	910.524
Outros Ativos Não Circulantes	7.045.553	-	7.045.553	8.065.808	-	8.065.808
	10.457.953	19.831	10.477.784	11.640.874	138.766	11.779.640
Passivo						
Passivo Circulante	2.604.761	-	2.604.761	6.249.548	-	6.249.548
Benefícios Pós-Emprego – Não Circulante	1.339.105	58.326	1.397.431	1.375.823	408.136	1.783.959
Outros Passivos Não Circulantes	3.857.624	-	3.857.624	1.552.354	-	1.552.354
Patrimônio Líquido	2.656.463	(38.495)	2.617.968	2.463.149	(269.370)	2.193.779
	10.457.953	19.831	10.477.784	11.640.874	138.766	11.779.640

Os saldos apresentados nestas Informações Contábeis Intermediárias referentes a 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2012 já contemplam a aplicação retrospectiva do pronunciamento, conforme efeitos mencionados acima.

2.4. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A Companhia manteve a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2013, com exceção das notas relacionadas abaixo:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2012	31/03/2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
a	9	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
10	10	Depósitos Vinculados a Litígios
11	11	Ativos Financeiros da Concessão
12	12	Intangível
13	13	Fornecedores
14	14	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
15	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
16	16	Encargos Regulatórios
17	17	Obrigações Pós-Emprego
18	18	Provisões
19	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
20	20	Receita
21	21	Custos e Despesas Operacionais
22	22	Resultado Financeiro Líquido
23	23	Transações com Partes Relacionadas
24	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
25	25	Mensuração Pelo Valor Justo
29	26	Eventos Subsequentes

a) Informação incluída a partir do 1º trimestre de 2013;

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
26	Seguros
27	Obrigações Contratuais
28	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária da Companhia

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de três meses findos em 31 de março de 2013, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2013	31/12/2012
Contas Bancárias	6.130	61.843
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	884.460	116.550
Outras	14.885	11.840
	899.345	128.390
	905.475	190.233

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 97% a 105% conforme operação. As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	31/03/2013	31/12/2012
Certificados de depósitos bancários	6.427	12.146
Letras Financeiras – Bancos	69.210	70.796
Letras Financeiras do Tesouro	23.181	-
Debêntures	17.228	14.316
Outros	3.453	3.603
	119.499	100.861
Ativo Circulante	102.717	78.626
Ativo Não Circulante	16.782	22.235

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2013	31/12/2012
Residencial	411.449	188.309	154.640	754.398	851.641
Industrial	243.917	33.979	103.162	381.058	400.767
Comércio, Serviços e Outras	222.844	56.650	105.151	384.645	407.390
Rural	62.249	20.004	31.082	113.335	123.751
Poder Público	49.601	6.096	16.498	72.195	93.601
Iluminação Pública	29.666	2.726	15.367	47.759	53.419
Serviço Público	45.368	3.052	17.075	65.495	69.700
Subtotal – Consumidores	1.065.094	310.816	442.975	1.818.885	2.000.269
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	17
Concessionários – Transporte de Energia	86.569	11.901	161.101	259.571	299.718
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	8.115	862	8.977	49.257
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(477.688)	(477.688)	(471.710)
	1.151.663	330.832	127.268	1.609.763	1.877.551
Ativo Circulante				1.395.971	1.657.236
Ativo Não Circulante				213.792	220.315

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Residencial	134.650	131.175
Industrial	222.245	220.745
Comércio, Serviços e Outras	75.413	79.612
Rural	15.714	15.876
Poder Público	4.851	3.608
Iluminação Pública	10.647	11.261
Serviço Público	14.168	9.433
	477.688	471.710

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/03/2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	471.710
Baixas	(14.963)
Constituição de Provisão	20.941
Saldo em 31 de março de 2013	477.688

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS a Recuperar	87.220	85.183
COFINS	39.384	27.313
PIS-PASEP	8.550	6.705
Outros	2.295	2.186
	137.449	121.387
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	196.849	191.789
COFINS	119.226	129.771
PIS-PASEP	25.858	27.399
	341.933	348.959
	479.382	470.346

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2013 superiores aos valores devidos, que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados em 2013 e anos posteriores.

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de Renda	84.861	83.389
Contribuição Social	36.508	35.393
	121.369	118.782

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2013	31/12/2012
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	424.454	418.847
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	79.583	168.344
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	170.275	168.242
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Provisões	41.754	35.695
Taxa de Administração (1)	8.944	8.944
Outros	29.174	7.927
	907.339	961.154
Passivos Fiscais Diferidos		
Instrumentos Financeiros e Variação Cambial	(20.801)	(20.485)
Encargos Capitalizados (1)	(30.134)	(27.261)
Custo de Captação (1)	(4.956)	(2.884)
	(55.891)	(50.630)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	851.448	910.524

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	389.440	234.097
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(132.410)	(79.593)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.404	2.047
Contribuições e Doações Indedutíveis	(320)	(465)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(878)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	350	123
Multas Indedutíveis	(3.505)	(3.010)
Outros	(3)	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(135.362)	(80.900)
Alíquota Efetiva	34,76%	34,56%
Corrente	(76.286)	(145.043)
Diferido	(59.076)	64.143

9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia tinha registrado o valor a receber de R\$715.388, conforme abaixo:

- R\$225.897 referente à compensação de parte dos custos com energia comprada no período de janeiro a março de 2013; e,
- R\$489.491 referente ao ressarcimento de custos com energia da Companhia em montante superior ao definido na tarifa em vigor a partir de 8 de abril de 2012. Dessa forma, esse valor referente à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) não entrou na composição do reajuste definido na Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, em vigor a partir de 8 de abril de 2013, tendo em vista o recebimento através dos recursos da CDE.

Os valores mencionados acima foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada e tem a previsão de recebimento para o 2º trimestre de 2013.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhista	176.351	166.546
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	3.674	3.261
	621.996	621.583
Outros		
Regulatório	8.781	9.037
Cível	1.342	1.342
Relações de Consumo	1.330	1.759
Bloqueio Judicial	50.068	51.888
Outros	168	158
	61.689	64.184
	860.036	852.313

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f), das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Provisão para perdas	Baixas	Saldo em 31/03/2013
Ativos Financeiros da Concessão	4.757.735	116.928	-	(3.111)	4.871.552

12. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	31/03/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.629.058	(5.492.025)	1.137.033	6.501.119	(5.392.078)	1.109.041
Intangível em Curso	602.955	-	602.955	669.776	-	669.776
Total Intangível	7.232.013	(5.492.025)	1.739.988	7.170.895	(5.392.078)	1.778.817

b) Mutações do Ativo Intangível em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2013
Intangível em Curso	1.778.817	186.708	(116.928)	(855)	(107.754)	1.739.988

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2013	31/03/2012
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	92.316	85.516
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(8.451)	(3.359)
Efeito Líquido no Resultado	83.865	82.157

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de março de 2013, o valor contábil bruto de R\$1.405.122 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

Base Regulatória de Remuneração (“BRR”)

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012.

13. FORNECEDORES

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Energia de curto prazo - CCEE	195.465	48.714
Encargos de uso da rede elétrica	41.070	92.051
Energia elétrica comprada para revenda	480.796	534.249
Itaipu binacional	178.917	180.180
Materiais e serviços	158.439	261.406
	1.054.687	1.116.600

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos, Taxas e Contribuições

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS	230.626	276.725
COFINS	44.081	45.327
PIS-PASEP	9.571	9.840
INSS	13.625	15.150
Outros	14.660	17.440
	312.563	364.482
Não Circulante		
COFINS	496.595	476.148
PIS-PASEP	107.814	103.375
	604.409	579.523
	916.972	944.005

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2013						31/12/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	25.609	-	25.609	25.603
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	6.528	21.018	27.546	26.832
KFW	2016	4,5	EUR	1.782	5.115	6.897	7.111
Dívida em Moeda Estrangeira				33.919	26.133	60.052	59.546
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.319	-	5.319	5.213
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	205.945	-	205.945	202.541
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	815.949	-	815.949	793.153
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	122.051	362.099	484.150	475.889
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI 108,33 % do CDI	R\$	-	-	-	664.075
Banco do Brasil S.A.	2017	CDI	R\$	210.036	-	210.036	206.186
Banco do Brasil S.A (4)	2015	99,5% do CDI	R\$	198.157	-	198.157	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.134	-	35.134	35.881
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	885	-	885	1.914
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.898	-	24.898	25.459
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	64.165	-	64.165	62.893
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI UFIR + 6,00 a	R\$	-	-	-	600.813
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	75.557	297.790	373.347	390.115
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.009	2.377	6.386	6.867
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.726	-	12.726	12.535
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	34.374	-	34.374	33.690
Dívida em Moeda Nacional				1.809.205	662.266	2.471.471	3.618.437
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.843.124	688.399	2.531.523	3.677.983
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	413.516	-	413.516	-
Debêntures (3)	2021	IPCA4 + 4,7	R\$	1.108.682	-	1.108.682	-
Debêntures (3)	2025	IPCA4 + 5,1	R\$	661.824	-	661.824	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	552.122	-	552.122	530.287
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	414.556	-	414.556	401.360
Total de Debêntures				3.150.700	-	3.150.700	931.647
Total Geral				4.993.824	688.399	5.682.223	4.609.630

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano;
- (2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.;
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (4) Contrato a vencer no longo prazo, sendo que o valor reconhecido no Passivo Circulante refere-se ao montante dos juros provisionados no 1º trimestre de 2013, deduzidos dos custos de captação a serem amortizados no período de doze meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	32.137	2.250	-	-	-	-	-	18.768	53.155
Euro	1.782	1.705	1.705	1.705	-	-	-	-	6.897
	33.919	3.955	1.705	1.705	-	-	-	18.768	60.052
Indexadores									
IPCA (1)	14.361	16.242	179.827	179.826	179.827	-394	362.206	1.390.733	2.322.628
IGP-M (2)	32.340	382.216	-	-	-	-	-	-	414.556
UFIR/RGR (3)	58.528	69.647	61.291	49.837	40.202	35.362	23.562	34.918	373.347
CDI (4)	419.494	461.471	265.616	65.739	66.189	410.796	-	-	1.689.305
Taxas pré-fixadas	815.949	-	-	-	-	-	-	-	815.949
TR (5)	1.956	-	67	-	-	-	-	-	2.023
Outros	2.053	-	544	660	660	446	-	-	4.363
	1.344.681	929.576	507.345	296.062	286.878	446.210	385.768	1.425.651	5.622.171
	1.378.600	933.531	509.050	297.767	286.878	446.210	385.768	1.444.419	5.682.223

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M);
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (4) Certificado Depósito Interbancário (CDI);
 (5) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013 %	Variação Acumulada em 2012 %	Indexadores	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013 %	Variação Acumulada em 2012 %
Dólar Norte-Americano	(1,45)	8,94	IGP-M	0,84	7,82
Euro	(4,08)	10,73	CDI	1,64	8,37
			IPCA	1,94	5,84

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.609.630
Financiamentos Obtidos	2.370.206
Variação Monetária e Cambial	19.173
Encargos Financeiros Provisionados	100.823
Encargos Financeiros Pagos	(62.581)
Amortização de Financiamentos	(1.355.028)
Saldo em 31 de março de 2013	5.682.223

Foram transferidos R\$39.460 para o curto prazo, em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

As captações de recursos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil	2015	99,5% do CDI	195.847
3ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	2018	CDI + 0,69	412.163
3ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	2021	IPCA + 4,7	1.103.334
3ª Emissão de Debêntures - 3ª Série	2025	IPCA + 5,1	658.862
Total de Captações			2.370.206

Garantias

Em 31 de março de 2013, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	3.787.568
Recebíveis	1.336.147
Sem Garantia	558.508
TOTAL	5.682.223

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 31 de março de 2013, possuem as seguintes características:

	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012
3ª Emissão - 1ª Série (1) (2)	Simple não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	413.516	-
3ª Emissão - 2ª Série (1) (2)	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.108.682	-
3ª Emissão - 3ª Série (1) (2)	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	661.824	-
2ª Emissão (1) (2)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	552.122	530.287
1ª Emissão (1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IGP-M + 10,5	Não há	414.556	401.360
TOTAL					3.150.700	931.647

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross default*);

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), com exibibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu no Passivo Circulante o montante de R\$1.206.091 em decorrência de contratos cujas cláusulas restritivas não foram atendidas.

A Companhia obteve, em 29 de abril de 2013, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 31 de dezembro de 2012. Como este fato ocorreu em data posterior a 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu no Passivo Circulante o montante de R\$3.579.994 em decorrência de contratos cujas cláusulas restritivas não foram atendidas.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2013	31/12/2012
Eficiência Energética	116.180	134.498
Pesquisa e Desenvolvimento	46.680	65.194
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.126	37.570
Reserva Global de Reversão – RGR	37.200	37.200
Encargos de Capacidade Emergencial	31.034	31.035
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.645
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	21.236
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.052	4.678
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.807	1.806
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
	247.286	360.069
Passivo Circulante	130.522	238.048
Passivo Não Circulante	116.764	122.021

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	704.518	586.388	15.983	514.184	1.821.073
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	22.031	16.070	437	13.203	51.741
Contribuições Pagas	(17.931)	(10.462)	(339)	(2.420)	(31.152)
Passivo Líquido em 31 de março de 2013	708.618	591.996	16.081	524.967	1.841.662
Passivo Circulante					38.512
Passivo Não Circulante					1.803.150

No 1º trimestre de 2013, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2013
Trabalhistas	21.405	16.678	-	(1.069)	37.014
Cíveis					
Relações de Consumo	42.190	1.520	(9.999)	(1.520)	32.191
Outras Ações Cíveis	19.632	627	(6.904)	(626)	12.729
	61.822	2.147	(16.903)	(2.146)	44.920
Tributárias	2.378	21	(601)	-	1.798
Ambientais	274	14	-	-	288
Regulatórias	12.505	470	(1.747)	(346)	10.882
Outras	6.602	461	-	(99)	6.964
Total	104.986	19.791	(19.251)	(3.660)	101.866

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$163.645, dos quais R\$37.014 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$64.398, dos quais R\$32.191 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$63.929, dos quais R\$12.729 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$7.036, dos quais R\$1.798 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$44.310, dos quais R\$10.882 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$27.395, dos quais R\$6.964 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$148.208.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$535.891, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$195.164 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$317.059. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$15.507.

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.198.830, para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.060. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$162.610.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2013 e 2012, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Exercício	254.078	153.197
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,11232	0,06773

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

20. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.388.036	2.580.451
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	362.064	458.628
Transações com Energia na CCEE	117.019	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	186.708	200.955
Outras Receitas Operacionais (d)	142.793	81.843
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(938.758)	(1.206.490)
	2.257.862	2.115.387

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012 Reclassificado
Residencial	2.312.569	2.185.865	1.148.810	1.182.101
Industrial	951.943	1.044.284	310.126	378.233
Comércio, Serviços e Outros	1.441.254	1.373.728	578.056	607.990
Rural	632.817	562.856	173.715	162.168
Poder Público	208.265	195.328	80.959	82.862
Iluminação Pública	309.813	309.271	77.553	83.444
Serviço Público	304.326	289.407	79.704	83.535
Subtotal	6.160.987	5.960.739	2.448.923	2.580.333
Consumo Próprio	8.636	8.810	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(60.887)	118
Total	6.169.623	5.969.549	2.388.036	2.580.451

(*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

Revisão Tarifária

As novas tarifas contemplando os efeitos da Revisão Tarifária Extraordinária foram homologadas em 24 de janeiro de 2013, com uma redução média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, sendo aplicadas até 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretou o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passou a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2013	31/03/2012
Serviço Taxado	3.714	3.771
Outras Prestações de Serviços	4.378	2.152
Subvenções (*)	126.562	49.076
Aluguel e Arrendamento	7.666	26.636
Outras	473	208
	142.793	81.843

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2013	31/03/2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	586.655	614.360
PIS-PASEP	47.528	52.106
COFINS	218.918	240.003
ISSQN	78	70
	853.179	906.539
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	-	22.252
Programa de Eficiência Energética-PEE	11.832	(3.446)
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	30.377	112.709
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	25.645	152.660
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	7.672	3.944
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	19	3.944
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	1.805	1.972
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	8.229	5.916
	85.579	299.951
	938.758	1.206.490

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal (a)	310.857	205.353
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	37.597	37.155
Obrigações Pós-Emprego (<i>nota 17</i>)	29.710	23.472
Materiais	10.633	10.188
Serviços de Terceiros (b)	157.627	162.619
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	783.001	789.410
Amortização	107.602	86.387
Provisões Operacionais (d)	21.481	58.463
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	86.641	198.991
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	186.708	200.955
Outras Despesas Líquidas (f)	52.449	50.498
	1.784.306	1.823.491

a) Despesas com Pessoal	31/03/2013	31/03/2012
Remunerações e Encargos	173.908	172.116
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.629	10.973
Benefícios Assistenciais	24.637	24.746
	210.174	207.835
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(11.338)	(15.903)
Programas de Desligamento de Empregados	112.021	13.783
	310.857	205.715

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado no 1º trimestre de 2013, foi de R\$109.500, em conformidade a adesão de 841 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril à junho de 2013.

b) Serviços de Terceiros	31/03/2013	31/03/2012
Agentes Arrecadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas.	42.701	39.126
Comunicação	15.980	23.569
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	42.413	38.519
Conservação e Limpeza de Prédios	14.483	7.916
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	6.230	6.832
Mão de Obra Contratada	2.160	5.825
Fretes e Passagens	322	744
Hospedagem e Alimentação	1.132	2.320
Vigilância	1807	2.074
Consultoria	233	418
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	2.860	6.678
Manutenção e Conservação de Veículos	1.521	4.435
Corte e Religação	7.038	6.748
Podas de Árvores	4.344	4.668
Outros	14.403	12.747
	157.627	162.619

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	31/03/2013	31/03/2012
Energia de Itaipu Binacional	230.994	190.911
Energia de Curto Prazo	6.745	107.709
Contratos Bilaterais	63.996	62.522
Energia adquirida em Leilão PROINFA	471.113	438.945
	63.709	56.370
Créditos de PASEP/COFINS	(53.556)	(67.047)
	783.001	789.410

A Companhia reconheceu uma recuperação de despesas com a energia comprada para revenda no montante de R\$715.388, decorrente do repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Mais detalhes na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Provisões Operacionais	31/03/2013	31/03/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.941	15.567
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	16.678	5.856
Cíveis	(14.756)	37.474
Tributárias	(580)	206
Ambientais	14	10
Regulatórias	(1.277)	(4.202)
Outras	461	3.552
	540	42.896
	21.481	58.463

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal	13.087	11.986
Materiais	80.003	119.009
Serviços de Terceiros	85.706	72.391
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	5.414	399
Aquisição de Imóveis e Instalações	-	2.021
Arrendamentos e Aluguéis	52	18
Impostos e Taxas	1	24
Outros	2.445	(4.893)
	186.708	200.955

f) Outras Despesas Líquidas	31/03/2013	31/03/2012
Arrendamentos e Aluguéis	17.809	17.630
Propaganda e Publicidade	418	1.791
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.899	3.901
Subvenções e Doações	1.709	2.596
Taxa de Fiscalização da ANEEL	5.399	5.399
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	15.712	10.768
Contribuição à CCEE	898	596
Seguros	429	474
Forluz – Custeio Administrativo	4.054	4.092
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.328	3.029
Outras (Recuperação de Despesas)	794	222
	52.449	50.498

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2013	31/03/2012 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	7.530	8.939
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	36.190	31.770
Variações Cambiais	10.000	12.711
Ganhos com Instrumentos Financeiros (<i>nota 24</i>)	-	6.080
Variações Monetárias	1.823	434
Multas Contratuais	1.735	16.812
Outras	6.022	6.829
	63.300	83.575
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(83.865)	(82.157)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(22.031)	(18.210)
Perdas com Instrumentos Financeiros (<i>nota 24</i>)	(110)	-
Variações Cambiais	(1.072)	(6.126)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(20.212)	(9.562)
Variação Monetária de P&D e PEE	(4.034)	(5.101)
Outras	(16.092)	(20.218)
	(147.416)	(141.374)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(84.116)	(57.799)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	14.690	12.452	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	119.947	119.947	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	7.095	5.115	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	16.668	16.629	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	2.462	3.130	13.424	28.386	9.970	11.946	(36.640)	(66.679)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	18.694	18.081	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	324	809	-	-	(880)	(1.277)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.407	7.406	1.284	1.231	(23.110)	(13.797)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	809	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	3.478	2.444	-	-	1.447	-	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.268	2.996	-	-	-	-
Não Circulante								
Manutenção (5)	383	267	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.837	2.577	-	-	(8.232)	-
Cemig Serviços								
Prestação de Serviço (6)	-	-	-	2.963	1	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.060	1.167	-	-	(3.236)	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	214	224	-	-	(224)	-
Baguari Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	717	-	-	(305)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (7)	7.408	8.197	-	-	21.353	21.452	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	38.512	37.114	-	-	(22.031)	(21.833)
Despesa com pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(11.629)	(11.882)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(4.054)	(2.754)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	670.106	667.404	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	-	-	-	-	(16.507)	(8.054)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	608.077	445.446	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se ao Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M;
- (5) Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios;
- (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos prorrogável por até 2 anos corrigido pelo IGP-M;
- (7) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (9) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 17 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	2.064	2.426
Participação nos Resultados	595	-
Benefícios Pós Emprego	159	163
Benefícios Assistenciais	27	28
Total	2.846	2.617

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “*swaps*” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo Reclassificado
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	899.345	899.345	128.390	128.390
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.609.763	1.609.763	1.877.551	1.877.551
Fundos Vinculados	97.458	97.458	132.256	132.256
	<u>2.606.566</u>	<u>2.606.566</u>	<u>2.138.197</u>	<u>2.138.197</u>
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	4.871.552	4.871.552	4.757.735	4.757.735
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	57.303	57.473	60.369	60.548
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	62.196	62.196	40.492	40.492
Instrumento Derivativo – Contrato de Swap	20.335	20.335	20.445	20.445
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.054.687	1.054.687	1.116.600	1.116.600
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.682.223	5.830.590	4.609.630	4.809.235
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	708.618	708.618	704.518	704.518
	<u>7.445.528</u>	<u>7.593.895</u>	<u>6.430.748</u>	<u>6.630.353</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de março de 2013, operações contratadas de *hedge*, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2013		31/12/2012	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	26.395	53.155	25.659	52.435
Fornecedores (Itaipu Binacional)	90.044	178.917	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(8.168)	(24.882)	(8.168)	(23.823)
	108.271	207.190	104.628	208.792
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	1.978	6.897	2.638	7.111
Passivo Líquido Exposto		214.087		215.903

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2014 será uma valorização de 0,45% para o dólar (R\$2,023) e uma valorização de 0,27% para o Euro (R\$2,592). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	53.155	53.393	66.741	80.090
Fornecedores (Itaipu Binacional)	178.917	179.717	224.646	269.576
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(24.882)	(24.993)	(31.241)	(37.490)
	207.190	208.117	260.146	312.176
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	6.897	6.916	8.645	10.374
Passivo Líquido Exposto	214.087	215.033	268.791	322.550
Efeito Líquido da Variação Cambial		946	54.704	108.463

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2013	31/12/2012
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	899.345	128.390
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	119.499	100.861
Fundos Vinculados	97.458	132.256
	1.116.302	361.507
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 15)	(1.689.305)	(2.428.303)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)*	(600.000)	(600.000)
	(2.289.305)	(3.028.303)
Passivo Líquido Exposto	(1.173.003)	(2.666.796)

* Contratos atualizados a 96% do CDI

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, a taxa SELIC será de 8,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 8,75%	Cenário Possível SELIC 10,94%	Cenário Remoto SELIC 13,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	899.345	978.038	997.733	1.017.429
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	119.499	129.955	132.572	135.189
Fundos Vinculados	97.458	105.986	108.120	110.254
	1.116.302	1.213.979	1.238.425	1.262.872
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 15)	(1.689.305)	(1.837.119)	(1.874.115)	(1.911.111)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)*	(600.000)	(650.400)	(663.014)	(678.780)
	(2.289.305)	(2.487.519)	(2.537.129)	(2.589.891)
Passivo Líquido Exposto	(1.173.003)	(1.273.540)	(1.298.704)	(1.327.019)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(100.537)	(125.701)	(154.016)

* Contratos atualizados a 96% do CDI

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2013	31/12/2012
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.871.552	4.757.735
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.322.628)	(530.287)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(414.556)	(401.360)
	(2.737.184)	(931.647)
Ativo Líquido Exposto	2.134.368	3.826.088

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,24% e 5,14%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,24% IGP-M 5,14%	Cenário Possível IPCA 6,55% IGP-M 6,43%	Cenário Remoto IPCA 7,86% IGP-M 7,71%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.871.552	5.121.950	5.184.793	5.247.149
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.322.628)	(2.444.334)	(2.474.760)	(2.505.187)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(414.556)	(435.864)	(441.212)	(446.518)
	(2.737.184)	(2.880.198)	(2.915.972)	(2.951.705)
Ativo Líquido Exposto	2.134.368	2.241.752	2.268.821	2.295.444
Efeito Líquido da Variação do IPCA		107.384	134.453	161.076

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	262.300	182.561	377.713	3.097.164	3.329.330	7.249.068
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	6.046	12.077	55.544	336.340	672.888	1.082.895
	<u>268.346</u>	<u>194.638</u>	<u>433.257</u>	<u>3.433.504</u>	<u>4.002.218</u>	<u>8.331.963</u>
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.054.687	-	-	-	-	1.054.687
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	119.947	-	-	119.947
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.970	833.733	72.041	255.436	93.272	1.268.452
	<u>1.068.657</u>	<u>833.733</u>	<u>191.988</u>	<u>255.436</u>	<u>93.272</u>	<u>2.443.086</u>
	<u>1.337.003</u>	<u>1.028.371</u>	<u>625.245</u>	<u>3.688.940</u>	<u>4.095.490</u>	<u>10.775.049</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$477.688.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não atendeu à algumas dessas cláusulas restritivas e obteve em 29 de abril de 2013 o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 31 de março de 2013 no montante de R\$110 (ganho de R\$6.080 em 31 de março de 2012), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de *swap* cambial e de taxa de juros.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de março de 2013 e dezembro de 2012:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Ganho/Perda não Realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	US\$8.168	(24.903)	(23.888)	(24.882)	(23.823)	-	-
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	41.271	32.153	45.217	44.268	-	-
								<u>20.335</u>	<u>20.445</u>		

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de Sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima um cenário provável em 31 de março de 2014, que a taxa do CDI será de 8,75% e a valorização cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 0,45% para o Dólar (R\$2,023).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 31 de março de 2013, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março 2014 seria de 10,94% e 13,13% respectivamente.

Risco – Variação do CDI em relação à variação do Dólar	Saldo em 31/03/2013	Cenário Provável 8,75%	Cenário Possível 10,94%	Cenário Remoto 13,13%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	24.882	27.059	27.604	28.149
Efeito Líquido da Variação do CDI		(2.177)	(2.722)	(3.267)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	24.882	24.993	31.241	37.490
Efeito Líquido da Variação do US\$		111	6.359	12.608
Efeito Líquido		(2.066)	3.637	9.341
Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.				
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	650.400	663.014	675.629
Efeito Líquido da Variação do CDI		(50.400)	(63.014)	(75.629)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		68.820	68.820	68.820
Efeito Líquido		18.420	5.806	(6.809)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012
Total do Passivo	10.570.742	9.585.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	(905.475)	(190.233)
Fundos Vinculados	(97.458)	(132.256)
Passivo Líquido	9.567.809	9.263.372
Total do Patrimônio Líquido	2.447.857	2.193.779
Capital Ajustado	2.447.857	2.193.779
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	3,91	4,22

25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2013	Valor justo em 31 de março de 2013		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	6.427	-	6.427	-
Letras Financeiras do Tesouro	23.181	23.181	-	-
Letras Financeiras – Bancos	32.588	-	32.588	-
	62.196	23.181	39.015	-
Fundos Vinculados	97.458	-	97.458	-
Contratos de Swaps	20.335	-	20.335	-
Ativos Financeiros da Concessão	4.871.552	-	-	4.871.552
	5.051.541	23.181	156.808	4.871.552

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Trimestrais.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Resultado da 3ª Revisão Tarifária

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos será de 2,99%.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

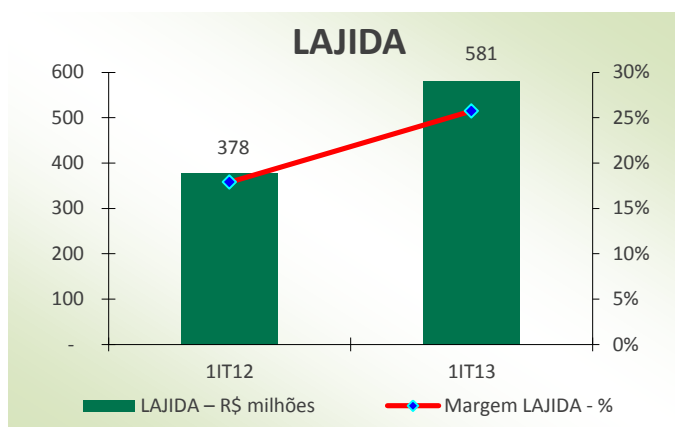
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2013, um Lucro Líquido de R\$254.078, em comparação ao Lucro Líquido de R\$153.197, no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 65,85%. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento na receita total pela redução de 22,19% nos impostos e encargos de uso da rede incidentes sobre a receita, somado ao repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir parte dos custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 53,63% no primeiro trimestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2013	31/03/2012	Var. %
Resultado do Período	254.078	153.197	65,85
+ Despesa de IR e Contribuição Social	135.362	80.900	67,32
+ Resultado Financeiro Líquido	84.116	57.799	45,53
+ Amortização	107.602	86.387	24,56
= LAJIDA	581.158	378.283	53,63



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2013, em comparação ao primeiro trimestre de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 6,74% na receita associada à redução de 3,48% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 17,88%, no primeiro trimestre de 2012, para 25,74%, no primeiro trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.388.036, no primeiro trimestre de 2013, em comparação a R\$2.580.451, no primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 7,46%.

No que se refere à venda para consumidores finais, que foi de R\$2.448.923 no primeiro trimestre de 2013, em comparação a R\$2.580.333 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 5,09%, os principais impactos na Receita, no primeiro trimestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,36% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/2013	31/03/2012	Var %
Residencial	2.312.569	2.185.865	5,80
Industrial	951.943	1.044.284	(8,84)
Comércio, Serviços e Outros	1.441.254	1.373.728	4,92
Rural	632.817	562.856	12,43
Poder Público	208.265	195.328	6,62
Iluminação Pública	309.813	309.271	0,18
Serviço Público	304.326	289.407	5,15
Total	6.160.987	5.960.739	3,36

A redução de 8,84% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades deste setor, que foi compensada pelo aumento na classe residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 3,34%, 2,65%, 1,57% nessa ordem.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro trimestre de 2013 foram de R\$938.758, comparados a R\$1.206.490, do primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 22,19%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Medida Provisória 579 quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente a janeiro de 2013, comparados a R\$152.660, do primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 83,20%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$22.252.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$30.377, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$112.709, do primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 73,05%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$1.784.306, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$1.823.491, do primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 2,15%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$86.641 no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$198.991 no primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 56,46%. Este resultado decorre da aplicação da Medida Provisória 579 quanto à redução dos encargos setoriais.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$310.857 no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$205.353 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 51,38%. Este resultado decorre principalmente das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$109.500 no resultado deste primeiro trimestre de 2013. Mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$21.481, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$58.463, do mesmo período de 2012, uma redução de 63,26%. Esta variação decorre, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos discutindo relações de consumo, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, que ocasionou as constituições realizadas em 31 de março de 2012, no montante de R\$24.246, que passou de perda possível para provável.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$186.708, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$200.955, do mesmo período de 2012, uma redução de 7,09%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Amortização

A amortização foi de R\$107.602, no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$86.387, do mesmo período de 2012, um aumento de 24,56%. Esse resultado decorre do aumento nas capitalizações realizadas no período, devido, principalmente, ao Programa de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$783.001 no primeiro trimestre de 2013, comparada a R\$789.410 no primeiro trimestre de 2012. Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia tinha registrado o valor a receber de R\$715.388, conforme abaixo:

- R\$225.897 referente à compensação de parte dos custos com energia comprada no período de janeiro a março de 2013; e,
- R\$489.491 referente ao ressarcimento de custos com energia da Companhia em montante superior ao definido na tarifa em vigor a partir de 8 de abril de 2012. Dessa forma, esse valor referente à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) não entrou na composição do reajuste definido na Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, em vigor a partir de 8 de abril de 2013, tendo em vista o recebimento através dos recursos da CDE.

Os valores mencionados acima foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada e tem a previsão de recebimento para o 2º trimestre de 2013.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$84.116, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$57.799 no mesmo período de 2012, um aumento de 45,53%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- perdas líquidas com Instrumentos Financeiros de R\$110 no primeiro trimestre de 2013, comparados aos ganhos líquidos de R\$6.080 do mesmo período de 2012;
- aumento de 111,38% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$20.212 no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$9.562 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre da maior variação do IPCA e do IGP-M no primeiro trimestre de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012;
- aumento de 89,68% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$1.735 no primeiro trimestre de 2013 em comparação com R\$16.812 no primeiro trimestre de 2012, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$135.362 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$389.440, representando um percentual de 34,76%. No primeiro trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$80.900 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$234.097, representando um percentual de 34,56%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.3 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 9 às informações contábeis intermediárias, a Companhia registrou, neste trimestre, efeitos relacionados à redução do custo de energia comprada para revenda oriundos dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE estabelecidos por meio do Decreto nº 7.945/13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2012 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos ajustes relacionados ao balanço patrimonial apresentado na nota explicativa 2.3, que não foram examinados por nós ou por outros auditores, o exame do balanço patrimonial correspondente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.3, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2013, e relatório de revisão, com data de 15 de maio de 2013, sem modificações.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG